



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ “DIREITOS HUMANOS, REFORMA PSIQUIÁTRICA E LUTA ANTIMANICOLONIAL” – PARTE 1

Ludmila Cerqueira Correia¹

Rachel Gouveia Passos²

Emiliano de Camargo David³

Nesta edição da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade, temos a alegria de apresentar o dossiê “Direitos Humanos, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicolonial”, sob a coordenação das professoras Ludmila Cerqueira Correia (UFPB), Rachel Gouveia Passos (UFRJ) e Emiliano de Camargo David (UERJ). É muito importante registrar que esta edição se desdobra em dois volumes, tendo em vista o grande número de artigos recebidos para este dossiê, mais de noventa! Esse é um feito inédito desta Revista, que nos faz refletir sobre a urgência dessa temática na contemporaneidade e sobre a potência analítica, política e ética que ela mobiliza em diferentes campos do conhecimento.

O expressivo volume de submissões evidencia não apenas a atualidade do debate, mas também a amplitude de perspectivas, experiências e inquietações que atravessam pesquisadores(as), extensionistas, profissionais, movimentos sociais e instituições comprometidas com a compreensão crítica dos desafios do presente. Em

¹ Professora da Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita – PB, Brasil. E-mail: ludmila.correia@academico.ufpb.br

² Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil. E-mail: rachel.gouveia@gmail.com

³ Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil. E-mail: emilianocamargodavid@yahoo.com.br



um contexto marcado pelo recrudescimento de desigualdades, pela intensificação de vulnerabilidades sociais e pela permanente disputa em torno de direitos no campo da saúde mental, torna-se ainda mais relevante abrir espaços qualificados para a circulação de reflexões plurais, rigorosas e comprometidas com a transformação social. A organização deste dossiê, portanto, traduz não apenas um esforço editorial, mas também o reconhecimento da necessidade de ampliar e aprofundar um debate que se mostra cada vez mais incontornável.

O manicômio nunca foi apenas uma estrutura física. Sua permanência histórica não depende exclusivamente da existência de hospitais psiquiátricos ou instituições de custódia, mas da reprodução contínua de racionalidades que classificam vidas, produzem incapacidades, legitimam violências e definem quais sujeitos são considerados dignos de cuidado, de liberdade e de cidadania. É precisamente por essa razão que a luta antimanicomial, mais de quatro décadas após o início da sua mobilização e consolidação da Reforma Psiquiátrica brasileira, continua viva e construindo caminhos para a superação de modelos de atenção em saúde mental centrados na medicalização, na patologização e no racismo produzido pelas ciências. Se o cuidado em liberdade se tornou um princípio normativo amplamente reconhecido, sua efetivação permanece tensionada pela persistência do racismo estrutural, da colonialidade, do patriarcado, do proibicionismo, do punitivismo e de outras formas de gestão diferencial da vida.

Os artigos reunidos neste dossiê partem justamente desse diagnóstico. Em vez de tomarem a Reforma Psiquiátrica como um processo concluído, interrogam seus limites contemporâneos e apontam caminhos para sua radicalização política e epistemológica. Em comum, os trabalhos sustentam que o enfrentamento das permanências manicomiais exige ampliar os referenciais tradicionais da atenção psicossocial, incorporando perspectivas antirracistas, feministas, decoloniais, interseccionais e comprometidas com a produção de autonomia e de justiça social.



Trata-se, portanto, menos de acrescentar novos temas ao debate da saúde mental do que de recolocar em questão as próprias bases sobre as quais o cuidado em liberdade vem sendo construído.

O dossiê também reúne a discussão da radicalização da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica a partir do antirracismo como direção ético-política, analítica e de cuidado. Dessa maneira, possibilita a ampliação do debate que está em voga no cenário nacional que questiona o apagamento, o silenciamento e a homogeneização das experiências ocasionadas pela ausência da lente analítica na mudança assistencial, política, técnica e teórica do campo. Logo, assumir o antirracismo é produzir o reencantamento da Reforma Psiquiátrica e o redirecionamento da Luta Antimanicomial transformando-a em Luta Antimanicolonial, já que há um imbricamento entre colonialismo, racismo e psiquiatria que forjaram a realidade brasileira (David, 2024; Passos, 2025).

Nessa direção, um primeiro conjunto de 12 artigos revisita os fundamentos éticos e políticos da atenção psicossocial, reafirmando que o cuidado em liberdade se produz nas relações, nos territórios e nos encontros. Paulo Vitor Fernandes Costa de Lima, em “‘Eu não sei dizer nada por dizer, então eu escuto’: o vínculo como ferramenta para a escuta do inenarrável em um CAPS AD”, demonstra como o vínculo constitui condição para a escuta de sujeitos marcados pelo racismo, pelo estigma e pelo proibicionismo, aproximando a atenção psicossocial e a psicanálise em torno de uma clínica comprometida com o testemunho e com a ampliação da vida.

Também o território é recolocado como categoria central por Cristiane Knijnik e Julia Fraga em “Quem tem medo do território? Estar vivo à revelia do mundo”. Ao analisarem os efeitos da contrarreforma psiquiátrica sobre a Rede de Atenção Psicossocial, as autoras mostram que a fragilização das políticas públicas e a reativação de lógicas coloniais e manicomiais desestruturam a rede de cuidados,



reafirmando o território como espaço político de produção da existência e condição indispensável para a sustentação do cuidado.

Na mesma direção, Beatriz Adura Martins e Arlete Inácio dos Santos, em “Criança rueira: por uma ética do cuidado que afirme a redução de danos e produção de autonomia”, deslocam a compreensão moralizante da infância em situação de rua para defender práticas territorializadas de redução de danos e produção de autonomia, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e produtores de saberes sobre seus próprios modos de viver. As autoras discutem as contradições presentes nas políticas de proteção, demonstrando que práticas institucionais frequentemente convertem mecanismos de cuidado em dispositivos de exclusão e criminalização, sobretudo em relação às crianças negras e periféricas.

Esse primeiro bloco é concluído pelo artigo de Aleff Silva Aleixo e Maristela de Melo Moraes, “Por uma mística política da saúde mental”, que propõe uma reflexão original sobre a revitalização da luta antimanicomial. Inspirados na experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os autores sugerem que memória, afetos e engajamento político constituem dimensões imanentes à atenção psicossocial, capazes de fortalecer tanto o ativismo quanto o cotidiano do cuidado em liberdade.

Um segundo eixo do dossiê demonstra que a crítica ao manicômio permanece incompleta enquanto não enfrentar as estruturas raciais e coloniais que organizam a sociedade brasileira. Em “Escrevivências e a construção de estratégias de enfrentamento do racismo e do sexismo na clínica psicanalítica”, Gisele dos Santos da Hora Werneck e Nuria Malajovich Munoz articulam psicanálise, escrevivência e interseccionalidade para analisar os impactos do racismo e do sexismo na constituição subjetiva de mulheres negras. A partir de experiências desenvolvidas em um ambulatório de saúde mental e em um grupo narrativo vinculado a um projeto de extensão universitária, as autoras evidenciam a importância de uma escuta clínica



comprometida com as dimensões históricas e sociais do sofrimento psíquico, capaz de promover reconhecimento, elaboração e ressignificação de experiências marcadas pela opressão.

Nessa mesma direção, Thamires Costa Meirelles dos Santos, Marcelo da Silva Guimarães, Rachel Gouveia Passos e Joana de Medina Barbalho, em “O Caderno de Práticas Antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial”, apresentam uma proposta de fortalecimento de práticas antirracistas e antimanicônias na RAPS, articulando saberes afro-diaspóricos e referências ancestrais de cuidado coletivo como caminhos para aprofundar o projeto da Reforma Psiquiátrica.

As contribuições de Cleiton Gomes Figueiredo, Matheus Marques Ferreira, Maxneli da Cruz Neves e Luana Kelly Dantas de Menezes Camilo, em ““Só não chegou o dia dos meus ainda””: necropolítica, território e sofrimento psíquico negro na atenção psicossocial, e de Luísa Gonçalves Maciel e Tuliola Almeida de Souza Lima, em “Questões de gênero e raça na saúde mental brasileira: o mal-estar de Dona Ana e sua família branca”, aprofundam esse debate ao evidenciar como o racismo organiza as experiências de sofrimento, de cuidado e de reconhecimento social. Enquanto o primeiro analisa os efeitos da necropolítica e das desigualdades territoriais sobre a vida da população negra, o segundo evidencia como o racismo estrutural e o projeto histórico de embranquecimento atravessam a produção do sofrimento psíquico e as práticas de cuidado em saúde mental, reafirmando a necessidade de uma Reforma Psiquiátrica comprometida com perspectivas interseccionais e antirracistas.

Complementando esse eixo, Maria Luiza da Silva Ortiz, Maysa Soares de Camargo Fernandes e Beatriz Camilo, em “Quando a raça se torna pensável: Reforma Psiquiátrica e os limites da institucionalização antimanicônica no Brasil”, mostram que a incorporação da raça às políticas públicas de saúde mental não acompanhou o processo inicial de institucionalização da Reforma Psiquiátrica,



revelando as tensões, disputas e assimetrias que ainda marcam a efetivação das agendas antirracistas.

O terceiro núcleo temático aproxima saúde mental e sistema de justiça, evidenciando que o manicômio continua operando por meio de dispositivos jurídicos que restringem direitos e produzem incapacidades. Em “Acompanhando vidas interditadas: a curatela e a produção de incapacidade em análise no campo da saúde mental”, Luana da Silveira, Hellen Souza Guimarães e Caio Carvalho Freixo Rezende problematizam a persistência da lógica manicomial nos institutos da curatela e da interdição, defendendo o Acompanhamento Terapêutico como estratégia de promoção da autonomia, da dignidade e do cuidado em liberdade.

Por sua vez, Maria Gabrielle Araújo de Souza, em “‘Aquilombação do cuidado’ e justiça criminal: epistemologias amefricanas e práxis antimanicomial a partir do APEC-MA”, demonstra que a transformação das respostas institucionais dirigidas às pessoas em sofrimento psíquico submetidas ao sistema penal exige uma profunda revisão dos referenciais que articulam saúde, justiça e direitos. Para isso, propõe a aquilombação do cuidado como horizonte ético-político para a interface entre saúde mental e justiça criminal, ancorado em uma práxis antimanicomial comprometida com o enfrentamento do racismo, do sexismo e das desigualdades estruturais.

O volume se encerra com Maria de Nazaré Eufrásio Alves, Ana Beatriz Linhares Rodrigues e Alyne Alvarez Silva, autoras de “Teias do cuidado em liberdade e andanças para potencializar o processo de desinstitucionalização de egressos do manicômio judiciário da Paraíba”. Ao analisar os itinerários de pessoas egressas da Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba, o artigo reafirma a desinstitucionalização como eixo estruturante da Reforma Psiquiátrica, evidenciando que a elaboração do Projeto Terapêutico Singular quando voltado à garantia dos



direitos de moradia, renda e convivência familiar e comunitária consegue subverter a perversa lógica da manicomialização devolvendo dignidade.

Mais do que reunir pesquisas sobre saúde mental, este dossiê convida as leitoras e leitores a revisitar criticamente o próprio significado contemporâneo da Reforma Psiquiátrica brasileira. Os diferentes artigos convergem ao demonstrar que não basta preservar as instituições substitutivas nem reafirmar princípios já consagrados. O desafio colocado à luta antimanicomial consiste em reconhecer que o manicômio se reinscreve continuamente nas práticas sociais, jurídicas, sanitárias e políticas sempre que determinadas vidas permanecem submetidas ao racismo, ao sexismo, ao colonialismo, ao capacitismo e às múltiplas formas de violência institucional.

Ao evidenciar essas permanências e, simultaneamente, apresentar experiências concretas de resistência e invenção do cuidado, este volume reafirma que a radicalidade da Reforma Psiquiátrica reside justamente em sua capacidade permanente de se reinventar. Nesse percurso, a construção de uma sociedade efetivamente sem manicômios, fundada na radical defesa da liberdade, da dignidade e da vida, também se faz por meio da clínica da delicadeza (Passos, 2025) e da pedagogia da loucura (Correia, 2018).

A tecitura da delicadeza constitui uma tecnologia psicossocial antimanicolonial capaz de favorecer a compreensão e o deslocamento das lógicas racista e colonial (Passos, 2025). Já a pedagogia da loucura é forjada na construção de experiências concretas de vida que tornam possível a criação de outras formas de compreender e de lidar com a loucura e com as pessoas em sofrimento psíquico, aprendendo com elas e inventando um outro direito, alicerçado na escuta, na alteridade, na sensibilidade, na afetividade, na criatividade e na interdisciplinaridade (Correia, 2018).



Esperamos que os textos aqui reunidos contribuam para fortalecer esse movimento, ampliando o diálogo entre pesquisadoras(es), extensionistas, trabalhadoras(es), usuárias(os), familiares e movimentos sociais comprometidos com a construção do cuidado em liberdade e capazes de “alcançar efeitos micropolíticos que sugerem um caminho fecundo para o cuidado antimanicomial” (David; Vicentin, 2023, p. 13).

Referências

CORREIA, Ludmila Cerqueira. **Por uma pedagogia da loucura**: experiências de assessoria jurídica popular universitária no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira. 2018. 383 f. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32533/1/2018_LudmilaCerqueiraCorreia.pdf. Acesso em: 2 ago. 2026.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e relações raciais**: desnorreamento, aquilombação e antimanicomialidade. São Paulo: Perspectiva, 2024.

DAVID, Emiliano de Camargo; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Práticas antirracistas na rede de atenção psicossocial: racializar e desnortear. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, e261358, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277115>. Acesso em: 2 ago. 2026.

PASSOS, Rachel Gouveia. Por um encantamento da Reforma Psiquiátrica brasileira: antirracismo, aquilombamento e a clínica da delicadeza. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 11, 2025. DOI: 10.1590/1981-7746-ojs3364. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/3364>. Acesso em: 2 ago. 2026.